

JUSTIFICATIVAS PARA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2021.1104-01/SEMUS

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL-CPL-010/2021-FMS.

OBJETO: Contratação direta e emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de **Locação de 01 (um) veículo transformado para Ambulância, tipo C, sem motorista,** equipada com todos os equipamentos e acessórios necessários, para atender ao Fundo Municipal de Saúde de Breu Branco-PA, no transporte de pacientes em tratamento de infecções pelo Covid-19, direcionados conforme regulação, aos Hospitais Gerais de Referência, localizados nos municípios paraenses de Parauapebas, Ulianópolis e Dom Eliseu, conforme especificações no Termo de Referência Simplificado.

1- FUNDAMENTAÇÃO:

1.1. A presente contratação fundamenta-se no art. 2°, inciso I, art. 3°, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.217, de 13 de outubro de 2021, e subsidiariamente, no que couber, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores:

"Art. 2º. Para fins do disposto nesta Lei, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) declarada em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, fica a administração pública direta e indireta de todos os entes da Federação e dos órgãos constitucionalmente autônomos autorizada a:

I - dispensar a licitação.

[...]

Art. 3º. Nos processos de dispensa de licitação decorrentes do disposto no inciso I do caput do art. 2º desta Lei, presumem-se comprovadas a:

I - ocorrência da Espin referida no caput do art. 2º desta Lei;

II- necessidade de pronto atendimento à situação de emergência de que trata o inciso I deste caput".



2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

- **2.1.** Considerando a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, como Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), doença que ameaça milhares de pessoas simultaneamente em todo o planeta;
- **2.2.** Considerando a Portaria nº 454/2020 do Ministério da Saúde que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19);
- **2.3.** Considerando que o Estado do Pará publicou o Decreto Estadual nº 687, de 15 de abril de 2020 que "Declara estado de Calamidade Pública em todo território do Estado do Pará em virtude da pandemia do COVID-19";
- **2.4.** Considerando que em razão da PANDEMIA a Prefeitura Municipal de Breu Branco, por meio do Decreto n° 010, de 21 de março de 2020, decretou situação de emergência para enfrentamento e prevenção de contágio pelo novo corona vírus (COVID-19);
- **2.5.** Considerando que em razão da PANDEMIA a Prefeitura Municipal de Breu Branco, por meio do Decreto nº 026, de 18 de maio de 2020, decretou estado de **calamidade pública** no âmbito do Município de Breu Branco-PA e dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de coronavírus (Covid-19);
- **2.6.** Considerando que as clínicas médicas e de UTI do Hospital Regional de Tucuruí e Hospital Regional do Sudeste do Pará-Marabá, não mais estão recebendo pacientes encaminhados para tratamento de infecções pelo Covid-19;
- **2.7.** Considerando que presentemente os pacientes em tratamento de infecções pelo Covid-19, mediante prévia regulação, estão sendo direcionados para os Hospitais de Referência (HR) localizados nos municípios paraenses de Parauapebas, Ulianópolis e Dom Eliseu;
- 2.8. Considerando a necessidade de continuidade dos serviços de combate e enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), que atualmente ainda é bastante alto o número de pessoas infectadas, suspeitas de infecção e internações, conforme descritos no Boletim Epidemiológico mais recente, datado de 26 de outubro de 2021, abaixo transcrito, o qual é publicado periodicamente no site do Município:





2.9. Considerando que apesar do programa de vacinação já está em fase bem adiantada, o quantitativo de pessoas atendidas com a primeira e segunda doses ainda é insuficiente em relação a totalidade aproximada da população (68.597 hab), uma vez que o processo de distribuição das vacinas por parte do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde ainda está em curso, como é amplamente divulgado diariamente na mídia nacional. Abaixo transcrevemos o nosso Boletim Semanal Vacinômetro mais recente, datado de 14 de outubro de 2021, o qual é publicado periodicamente no portal do Município:



- **2.10.** Considerando que ainda há um grande número de pacientes de Covid-19, que necessitam de tratamento urgente fora do domicílio, mediante prévia regulação e encaminhamento aos Hospitais de Referência citados inicialmente, requerendo desta administração providências urgentes para a locomoção desses pacientes;
- **2.11.** Considerando que a saúde é um direito de todos, compõem o rol de garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nessa linha, cabe transcrever o que dispõe os arts. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988:
 - "Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".



"Art. 197 - São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado".

- **2.12.** O objetivo da presente contratação no enfrentamento da Pandemia Internacional do COVID-19 no Município de Breu Branco/PA, por Dispensa de Licitação é permitir a celeridade para contratação do referido objeto. A não contratação dos serviços, pode acarretar DANOS GRAVOSOS maiores do que os potenciais danos ao erário, decorrente da contratação direta para remediar a situação, ficando isento assim, o gestor, à prática de conduta diversa;
- **2.13.** Por tudo acima exposto, JUSTIFICA-SE a contratação direta emergencial de empresa especializada para Locação de veículo ambulância, tipo C, conforme descrição completa do objeto no item 2 OBJETO, identificado linhas acima, nos termos da Lei Federal nº 14.217, de 13 de outubro de 2021.

3 – JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

- **3.1.** A escolha se deu em razão do melhor preço ofertado, conforme demonstra as estimativas dos preços obtidos pelas cotações juntadas aos autos, tomando como parâmetros, a consulta a contratações similares, através do portal dos jurisdicionados do TCM/PA (www.tcm.pa.gov.br), bem como, consulta a empresas especializadas, que apresentaram propostas de preços compatíveis e demonstraram disponibilidade em iniciar a prestação de serviços de forma imediata, tendo em vista a celeridade na contratação dos serviços, devido a situação da emergência de saúde pública.
- **3.2.** Dessa forma, cumprido as exigências do art. 26, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

4- JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

- **4.1-** Quanto ao critério de julgamento, utilizou-se o menor preço obtido na pesquisa de preços realizada junto aos fornecedores / prestadores de serviços, com disponibilidade técnica disponível para início imediato dos serviços, conforme consta dos autos.
- **4.2-** Sagrou-se vencedor a empresa **E GOMES LOPES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **06.081.630/0001-14**, estabelecida à Avenida Sebastião Camargo, nº 52, bairro Novo Horizonte, Breu Branco-PA, conforme preços transcritos abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTDE.	PREÇO UNITÁRIO	
				MENSAL	TOTAL
1	Contratação direta emergencial de empresa especializada para Locação de 01 (um) veículo transformado para Ambulância, tipo C, sem motorista, equipada com todos os equipamentos e acessórios necessários, para atender ao Fundo Municipal de Saúde de Breu Branco-PA, no transporte de pacientes em tratamento de infecções pelo Covid-19, direcionados conforme regulação, aos Hospitais Gerais de Referência, localizados nos municípios paraenses de Parauapebas, Ulianópolis e Dom Eliseu.	Mês	06	12.530,00	75.180,00
TOTAL					75.180,00

- **4.3-** Os preços ofertados já abarcam os custos decorrentes como: contribuição previdenciária, trabalhista, impostos, taxas, seguros, e outros encargos acessórios decorrentes do fornecimento dos serviços, conforme proposta selecionada, acima transcrita.
- **4.4.** Assim, cumpridas as exigências do art. 26, inciso III, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

5- CONCLUSÃO:

Diante do fundamento legal supramencionado, esta comissão de licitação apresenta a justificativa para realização do procedimento de dispensa de licitação, com base legal no art. 2º, inc. I, da Lei Federal nº 14.217, de 13 de outubro de 2021.

Breu Branco-PA, 12 de novembro de 2021.

TIAGO SILVA MARCHESINI Presidente-CPL/PMBB Portaria nº 366/2021-GP



RATIFICAÇÃO

Ratifico as justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação-CPL/PMBB, conforme artigo 26, § único, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

Breu Branco-PA, 12 de novembro de 2021.

KATIANE ALVES DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Saúde Gestora do Fundo Municipal de Saúde Portaria nº 1.058/2021-GP